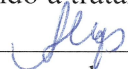


ATA DA 169ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de 2026, às 10h06min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente Bruno Leonardo Passeli. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Afonso Nunes da Cruz Neto, Duander Vinicius Gomes Rezende Franco, Breno Seroa da Motta, Guilherme Catunda Daltro, Roberta Hygino Roletti Zimmer, André de Freitas Martins, Eymard Bento Júnior, Alex Sander Ribas de Souza, Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino, Carolina Pasqualini de Andrade e Sandra Maria Coelho. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, e as servidoras Suely de Campos e Amanda Vieira. Antes do início dos trabalhos, o Presidente comunicou sua impossibilidade de participar da reunião. Diante dessa circunstância, foi designado para conduzir os trabalhos o conselheiro Afonso Nunes da Cruz Neto, nos termos do artigo 22 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Ao assumir a presidência, o conselheiro cumprimentou os presentes e, em seguida, passou a palavra ao Subsecretário Gleison Pereira de Souza, que apresentou a pauta do dia, composta pelos seguintes itens: 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) Orientações aos novos conselheiros; 3) Política de Investimentos – proposta de alteração; 4) Relatório Mensal de Investimentos referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2026; 5) Relatório de Ouvidoria – 2º semestre de 2025; e 6) Informes. Dando início aos trabalhos, a ata da reunião anterior foi submetida à apreciação do colegiado. Não havendo pedidos de retificação ou esclarecimentos, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes e assinada. Em seguida, o subsecretário Gleison solicitou que os novos conselheiros se apresentassem, visto estar iniciando um novo mandato. Ato contínuo passou a palavra para a servidora Suely de Campos para abordar o ponto 2 da pauta, Orientações aos novos conselheiros. Sobre este ponto foram aspectos relacionados às competências do colegiado, ao funcionamento das reuniões, às atribuições legais dos conselheiros e à importância do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Unidade Gestora, especialmente no que se refere à governança, à transparência e ao fortalecimento das práticas de gestão previdenciária. Em seguida, passou-se à apreciação da proposta de alteração da Política de Investimentos. Rodrigo André de Almeida esclareceu que a Resolução CMN nº 5.272/2025 passou a exigir a segregação entre títulos públicos adquiridos no mercado primário e aqueles adquiridos no mercado secundário. Informou que a Política de Investimentos vigente concentrava a estratégia-alvo e o limite superior no dispositivo que contemplava apenas os títulos adquiridos no mercado primário, razão pela qual se fazia necessária a inclusão de limite superior para os títulos enquadrados no art. 7º, inciso III, adequando a carteira do BHPPrev aos novos parâmetros normativos. Após os esclarecimentos prestados e discussão do tema pelos conselheiros, a proposta de alteração da Política de Investimentos foi aprovada pelo colegiado, com a inclusão de limite superior de 11% para os títulos enquadrados no art. 7º, inciso III. Na sequência, Rodrigo apresentou os relatórios de investimentos dos meses de janeiro e fevereiro/2026, quarto ponto de pauta. Antes de iniciar a apresentação dos Relatórios Mensais de Investimentos, Rodrigo propôs a realização de reunião

extraordinária para apreciação dos relatórios referentes aos meses de março e abril de 2026, a ser realizada de forma virtual no dia 18 de junho de 2026. Diante da anuência dos conselheiros, ficou definida a realização da referida reunião, na modalidade remota, na data indicada. Ficou acordado que o relatório do mês de maio será encaminhado aos conselheiros no mesmo momento em que forem enviados aos membros do Comitê de Investimentos, visando possibilitar sua análise prévia. Caso haja alterações decorrentes das discussões e deliberações do Comitê, estas serão informados aos conselheiros durante a apresentação dos relatórios nas reuniões ordinárias do Conselho. Sobre o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de janeiro de 2026, Rodrigo informou que o relatório contemplou a análise da evolução patrimonial, da composição da carteira, da liquidez dos ativos, dos resultados obtidos no período e dos respectivos indicadores de risco, em conformidade com a Política de Investimentos vigente e com a regulamentação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social. Destacou que, em 30 de janeiro de 2026, o patrimônio do Fundo BHPPrev totalizava R\$ 4.363.629.451,26. A carteira manteve perfil conservador e alinhado à estratégia de longo prazo do Regime, com predominância de títulos públicos federais, reforçando a política de imunização da carteira e a compatibilização dos ativos com o fluxo atuarial. No que se refere à rentabilidade, informou que a carteira apresentou retorno de 0,76% no mês, resultado ligeiramente inferior à meta atuarial mensal de 0,81%. Esclareceu que os ativos de renda fixa apresentaram desempenho superior à meta estabelecida para o período, ao passo que os fundos classificados como BDRs foram impactados negativamente pela valorização do real frente ao dólar americano, apesar do desempenho positivo do índice S&P 500 no mercado internacional. Quanto às movimentações financeiras ocorridas no período, destacou a realização de chamadas de capital dos Fundos de Investimento em Participações – FIPs, com utilização de recursos previamente provisionados em fundo referenciado DI. Informou, ainda, que o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção do processo de imunização da carteira, mediante futura alocação em Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2050, considerando a disponibilidade de recursos provenientes das contribuições previdenciárias e a necessidade de liquidez mais expressiva apenas a partir de 2058, conforme projeções atuariais. Ressaltou, por fim, que os indicadores de risco permaneceram aderentes aos limites estabelecidos na Política de Investimentos, não sendo identificadas inconsistências ou desenquadramentos no período. Na continuidade dos trabalhos, Rodrigo apresentou o Relatório Mensal de Investimentos referente ao mês de fevereiro de 2026. Informou que, em 27 de fevereiro de 2026, o patrimônio do Fundo BHPPrev alcançou o montante de R\$ 4.448.247.868,47. Destacou que a carteira de investimentos permaneceu aderente às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos 2026 e às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo-se a estratégia de concentração majoritária em títulos públicos federais de longo prazo. Registrou que, diante da entrada em vigor da nova resolução, tornou-se necessária a adequação dos limites de alocação previstos na Política de Investimentos, especialmente quanto à segregação entre títulos públicos adquiridos em oferta primária e aqueles negociados em mercado secundário. Em relação aos resultados obtidos, informou que a carteira manteve desempenho compatível com os objetivos traçados para o exercício, sendo apresentados os indicadores de rentabilidade, liquidez e risco dos diversos segmentos que compõem os investimentos do RPPS-BH. Destacou, ainda, a realização de chamadas de capital dos Fundos de Investimento em Participações – FIPs e a aquisição de Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2060, à taxa de IPCA acrescida de 7,0740% ao ano, reforçando a estratégia de imunização da carteira e o alinhamento dos ativos ao passivo atuarial do Regime. Esclareceu que

os pareceres emitidos pelo Comitê de Investimentos concluíram pela adequação das estratégias adotadas, considerando a disponibilidade de recursos, as oportunidades de mercado e a exigibilidade futura dos benefícios previdenciários. Por fim, ressaltou que os indicadores de risco permaneceram dentro dos parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos, não sendo identificados desenquadramentos relevantes no período analisado. Após os esclarecimentos prestados e os debates promovidos pelos conselheiros, o colegiado aprovou os Relatórios Mensais de Investimentos referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Na sequência, foi concedida a palavra à servidora Suely de Campos para apresentação do Relatório de Ouvidoria – 2º semestre de 2025, quinto item da pauta. A servidora apresentou as informações referentes às manifestações registradas pelos usuários, destacando sua classificação por temas, os canais de atendimento utilizados e as providências adotadas pela Unidade Gestora para o tratamento das demandas recebidas. Ressaltou-se a importância da Ouvidoria como instrumento de participação social, promoção da transparência e aprimoramento contínuo dos serviços prestados aos segurados e beneficiários do RPPS-BH. Após os esclarecimentos prestados, o Relatório de Ouvidoria foi submetido à deliberação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Ato contínuo, o Subsecretário Gleison Pereira de Souza comunicou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração ocorrerá no dia 25 de junho de 2026, às 10h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h37min. Eu,  (Suely de Campos), lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelos presentes



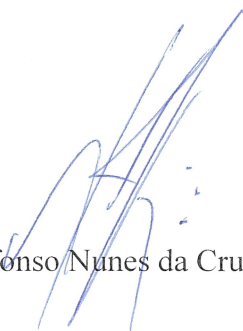
Breno Seroa da Motta



Duander Vinicius Gomes Rezende Franco



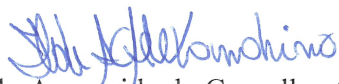
Roberta Hygino Roletti Zimmer



Afonso Nunes da Cruz Neto

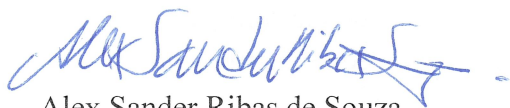


André de Freitas Martins



Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino

Carolina Pasqualini de Andrade



Alex Sander Ribas de Souza



Eymard Bento Junior